

**ESTADO
DE
GREVE**

Greve Nacional



Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
16 de novembro de 2011 - Nº 275 www.sindipetrocaxias.org.br

FUP



CUT

ACT Unificado 2011/2013

Petroleiros irão avaliar nova contraproposta

Conselho e Sindipetro Caxias indicam rejeição

Após rejeitarem quase por unanimidade a contraproposta da Petrobrás e Transpetro para o Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2013, os trabalhadores da Reduc e Tecam irão avaliar as novas contrapropostas formalizadas pela empresa nos dias 10, 14 e 16 de novembro em outra rodada de sessões de assembleia. A proposta econômica foi apresentada na quinta-feira, 10, e a proposta social da Petrobrás formalizada na segunda-feira, 14. A Transpetro apresentou sua nova proposta apenas no dia 16. No entender do Conselho Deliberativo da FUP, que reúne os sindicatos filiados, inclusive o Sindipetro Caxias, a contraproposta ainda está distante da Pauta de Reivindicações dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito à segurança, à saúde e à vida, bem mais precioso do ser humano, ao PCAC, turno da manutenção, feriados de

turno, Fundo Garantidor para os terceirizados, e, por essa razão, indicou a rejeição.

NOVAPROPOSTA NÃO ATENDE

A Petrobrás e suas subsidiárias apresentaram, no dia 10 de novembro, uma nova proposta econômica que aumenta para 10,71% o reajuste da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), o que corresponde a um ganho real entre 2,5% e 3,25%, e um abono de 100% de uma remuneração bruta ou R\$ 6 mil, o que for maior. Nos dias 14 e 16 de novembro, complementaram a contraproposta em relação às cláusulas sociais, avançando no aumento da tabela do auxílio educacional e do Programa Jovem Universitário em 10,71%, se comprometendo a recolher a alíquota adicional da GFIP e colocar no Atestado de Saúde Ocupacional os riscos a que os trabalhadores estão expostos, incluir a RMNR na base de cálculo para o Plano Petros retroativo a 2007, reabrir a respectiva e promover a separação de

massas, não incluir o TFCA como meta no GD dos empregados, pagar a VP-DL 71/82 aos anistiados, garantir a AMS para os trabalhadores da Transpetro que se aposentam por idade ou tempo de serviço, bem como, a pedido do Sindipetro Caxias, retirou a proposta do regime 4x3 para os trabalhadores do administrativo. *Veja a nova contraproposta na íntegra na página do Sindicato na internet.*

Em razão da nova contraproposta apresentada, a greve a partir do dia 16 de novembro, aprovada pela categoria, poderá ter início a qualquer momento a partir da próxima reunião do Conselho Deliberativo.

CONSELHO DELIBERATIVO SE REÚNE DIA 22

Na próxima terça-feira, 22 de novembro, às 14 horas, haverá uma nova reunião do Conselho Deliberativo da FUP para avaliar eventual contraproposta que possa ser apresentada ao longo da semana e os rumos do movimento aprovado pelos petroleiros nas sessões de assembleia.



Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias - CNPJ: 29.392.297/0001-60 - Reconhecido em 26 de Março de 1962 - Rua José de Alvarenga, 553 - Duque de Caxias/RJ - 25.020-140 - Tel.: 2772-7330 / 2652-1672 / 2672-1623 / 3774-4083
secretaria@sindipetrocaxias.org.br / imprensa@sindipetrocaxias.org.br

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, conforme artigo 29 do Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias, situado na Rua José de Alvarenga, 553/Centro, o Presidente convoca todos os associados que compõem a base de representação do Sindipetro Caxias, conforme o artigo 9º do Estatuto, a comparecerem as assembleias do dia 16/11 a 21/11, conforme tabela em anexo.

Pauta: Avaliação da 2ª contraproposta apresentada pela empresa.

Duque de Caxias, 16 de novembro de 2011
Simão Zanardi Filho - Presidente

REDUC		
DIA	HORA	GRUPO
16/11	15	D
16/11	23	E
17/11	07	A
17/11	15	B
18/11	07:30	H.A
21/11	15	C

TECAM		
DIA	HORA	GRUPO
16/11	15	D(e)
17/11	15	E(e)/A(s)
21/11	07	B(e)/C(s)
21/11	07:30	H.A

Editorial

Oposição envergonha trabalhadores

Durante a última reunião da CIPA Reduc gestão 2010/2011, ocorrida no último dia 09 de novembro, ocorreram dois episódios reveladores da postura de alguns cipistas que também são membros da oposição à atual direção do Sindipetro Caxias.

O primeiro deles demonstra a posição totalmente equivocada de um membro eleito pelos trabalhadores e que compõe a diretoria de outro sindicato petroleiro. Esse cipista declarou ser contra a indicação pela empresa do candidato mais votado para presidente da CIPA, no que foi apoiado pelo atual vice-presidente da CIPA Reduc. O argumento desses cipistas era que os eleitores não sabiam que o candidato mais votado seria indicado para presidir a Comissão. Ora, a indicação de um membro eleito para presidir a CIPA é um avanço sem precedentes para os trabalhadores e um dos pontos da Pauta de Reivindicações entregue à

Petrobrás pela FUP. Como a oposição não conseguiu o candidato mais votado para a próxima gestão, se colocou contra essa importante conquista, o que é um equívoco lamentável e revelador dos interesses que esse grupo representa. O cipista quer que a empresa continue indicando gerentes para presidir a CIPA Reduc.

Ainda mais lamentável é o segundo episódio. Um cipista eleito, cuja foto apareceu em um boletim da oposição de apoio à chapa "CIPA LUTA", entrou sorratoriamente na sala onde ocorria a reunião da CIPA Reduc faltando apenas cinco minutos para o seu término, pegou a lista de presença e só não a assinou por ter sido apanhado em flagrante pelo representante sindical. Numa atitude vergonhosa, tentou assinar a lista de presença sem ter participado da reunião. Nem mesmo seus companheiros do grupo de oposição o defenderam.

O valoroso cipista Charret (TE/

ML) denunciou, durante o último mandato, que alguns representantes eleitos pela categoria tinham por hábito assinar a lista de presença e se ausentar das reuniões, o que configura fraude. O cipista que tentou fraudar a lista de presença adotou tal prática durante todo o seu mandato, traindo os seus eleitores. Deve ter sido por isso que auferiu avanço de nível na última avaliação de desempenho.

Por essas e outras razões, o Sindipetro Caxias sempre pede que a categoria avalie cada candidato antes de votar. E não caia na conversa dos que iludem os trabalhadores com discursos vazios e nenhuma ação prática. Esses dois episódios evidenciam que há cipistas eleitos enganando os trabalhadores e defendendo apenas seus próprios interesses, sem dar qualquer contribuição para a prevenção dos acidentes e doenças ocupacionais. Esses cipistas deveriam pedir desculpas à categoria por suas atitudes. É uma vergonha!

Trabalhadores rejeitaram primeira contraproposta

Os trabalhadores da Reduc e Tecam rejeitaram quase por unanimidade a contraproposta da Petrobrás e Transpetro, apresentadas respectivamente nos dias 31 de outubro e 03 de novembro. A contraproposta econômica apresentada era de ganho real de 1,27% a 1,65% sobre a RMNR e nas cláusulas sociais avançava apenas na ampliação dos cursos do Programa Jovem Universitário, médico de sobreaviso nas unidades operacionais, garantia da remuneração e AMS para o aposentado pelo INSS que continua trabalhando e melhorias na AMS,

como aumento do valor a ser pago pela consulta médica.

A rejeição da contraproposta pelos petroleiros fez com que as empresas do Sistema Petrobrás apresentassem uma nova contraproposta nos dias

10,14 e 16 de novembro, englobando cláusulas econômicas e sociais, que será avaliada pela categoria.

REDUC			
GRUPO	SIM	NÃO	ABST
B	86	8	7
E	63	16	1
HÁ	45	0	1
A	42	21	13
C	86	10	4
D	87	9	2
Total	409	64	28

RESULTADO FINAL		
SIM	NÃO	ABST
491	66	33

TECAM			
GRUPO	SIM	NÃO	ABST
B	4	0	0
C	5	0	0
D	3	0	1
HÁ	65	2	3
E	3	0	1
A	2	0	0
Total	82	2	5

Sindicato solicita intermediação ao MPT para negociar os limites da greve

O Sindipetro Caxias solicitou a intermediação ao Ministério Público do Trabalho (MPT) para negociar os limites da greve aprovada pelos petroleiros da Reduc e Tecam para ser realizada a partir do dia 16 de novembro. O objetivo é estabelecer quais unidades seriam paradas ou teriam sua carga reduzida de modo a evitar conflitos durante o movimento paredista.

Proposta para a Reduc. Na sua proposta, o Sindicato solicitou a parada total das unidades que compõem o Parque de Lubrificantes (U-1510, U-1520, U-1530, U-1540, U-1620, U-

1630, U-1640, U-1710, U-1720, U-1730, U-1740 e U-1790), a parada total da U-3100 (Propeno), da U-4100 e U-4300 (Coque), bem como a interrupção do bombeio de QAV para o aeroporto do Galeão. O Sindicato se comprometeu a manter 100% do efetivo dos grupos para garantir as quotas de produção. Com isso, a contingência imposta pela refinaria para prejudicar a greve estaria anulada.

Proposta para o Terminal de Campos Elíseos. O Sindipetro Caxias propôs a interrupção do fornecimento de gás para os postos de combustíveis

e a parada total da Termoelétrica Leonel Brizola. A parada da termoelétrica afetaria diretamente a Reduc e o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Proposta para estabelecer os limites da greve a nível nacional. A FUP propôs o corte de 50% na produção de óleo e gás, com redução de 50% das cargas para as refinarias. As refinarias devem paralisar totalmente o fornecimento de produtos para as petroquímicas, as unidades de lubrificantes, de coque e xisto. A FUP garante 100% do efetivo dos grupos de turno.

O Direito de Greve em atividades essenciais

A Lei de Greve de 1989 impõe aos sindicatos de trabalhadores e ao empregador, conjuntamente, a obrigação de manutenção das atividades de produção que sejam essenciais ao atendimento das necessidades inadiáveis da população. Quanto a essa obrigação impõe-se um pequeno esforço histórico.

Foi durante a greve dos petroleiros de Março de 1991 que o Tribunal Superior do Trabalho inaugurou o procedimento de ordens judiciais determinando a manutenção de 30% do efetivo normal de trabalhadores em seus locais de trabalho, no curso da paralisação. Equívoco de proporções significativas, na medida em que alheio à realidade do trabalho na indústria do petróleo e gás.

Em que pese tal lógica de proporcionalidade entre efetivo e produção poder ser estabelecida em uma série de outras atividades – exemplo mais evidente talvez se vislumbre no transporte público coletivo rodoviário – na indústria de petróleo ela é impraticável.

Uma refinaria, uma plataforma de petróleo, ou um terminal, demandam os mesmos 100% do efetivo operacional mínimo de segurança para manter de 0,01% a 100% de sua

produção normal.

Temos então uma equação jurídica com os seguintes componentes: O objetivo legal e legítimo da greve é o prejuízo à produção; Na atividade essencial este prejuízo deve ser compatibilizado com o atendimento das necessidades inadiáveis da população; Na indústria do petróleo uma produção reduzida demanda o mesmo número de trabalhadores operacionais que a produção plena.

Desde a mencionada greve de Março de 1991, em autos processuais e fora dos mesmos, os petroleiros tentam demonstrar essa realidade ao Judiciário Trabalhista, na ocorrência de greve ou mesmo fora delas.

Em todas as greves empreendidas desde então, os petroleiros propuseram à Petrobrás acordos de greve para garantir cotas de produção que atendessem às necessidades inadiáveis da população, em contrapartida garantindo 100% dos efetivos operacionais durante a greve.

Na famosa greve de 1995 os petroleiros foram acusados de desabastecimento de gás de botijão (GLP).

Na verdade o Tribunal de Contas da União apurou - e a insuspeita revista "Veja" divulgou - que o

desabastecimento se deu por pedido do Governo Fernando Henrique Cardoso junto às distribuidoras de GLP, as quais, poucos meses após, foram premiadas com um generoso aumento do preço do produto.

Mesmo naquela oportunidade os petroleiros ofertaram à Petrobrás, e ao Ministério Público do Trabalho, um acordo de greve.

Em todas essas ocasiões (duas vezes em 1991, duas em 1994, e uma em 1995, em 2001, em 2008 e em 2009), os petroleiros intentaram o acordo de greve nesses termos, provocando a Petrobrás documentalmente a tal, e fazendo-o perante o Ministério Público do Trabalho.

Somente em 2001 uma gerência geral da Petrobrás, a da Bacia de Campos, admitiu pactuar o acordo de greve estabelecendo cotas de produção, o que, contudo, fez para logo em seguida intentar o descumprir.

Minimamente, portanto, em respeito ao atendimento às necessidades inadiáveis da população, deveria o estudo de qualquer medida judicial relativa à greve nas atividades essenciais ser precedido de um esforço negocial com vistas ao cumprimento recíproco do disposto na Lei.

Jurídico Petrobrás se recusa a cumprir Lei de Greve

Por Normando Rodrigues*

Desde que existe a Lei de Greve os petroleiros são cobrados pela Petrobrás, pelo Governo e pela Justiça do Trabalho, a comunicarem a greve com antecedência de 72 horas. Esse é o único artigo da Lei de Greve que interessa à empresa, e o único que a Justiça cobra. Mas a Lei 7.783/89 é explícita quanto à negociação das obrigações recíprocas de empresa e sindicatos quanto à produtividade (integridade de equipamentos e instalações) e produção (atendimento das necessidades inadiáveis da população).

Disso a Petrobrás foge com a arrogância de quem está acima da Lei, e com a certeza da impunidade. Do mesmo modo faz questão de ignorar os artigos da Lei de Greve que impedem seus atos antissindicais e ilícitos penais.

Para acabar com isso a FUP protocolou requerimento de

mediação na Procuradoria Geral do Trabalho (Ministério Público do Trabalho) cobrando a negociação prevista pela Lei de Greve (veja a petição e a ata da reunião de mediação na página do Sindicato na internet). A audiência foi marcada pra 9 de novembro de 2011, mas a FUP viajou à toa: a Petrobrás pediu o adiamento da reunião, foi atendida pelo Ministério Público, mas ninguém nos avisou!

No dia 11 finalmente houve a reunião. A Petrobrás, com o habitual cinismo, respondeu ao Procurador do Trabalho que não via sentido em negociar a greve, porque esta não aconteceria, e que a proposta dos trabalhadores era uma “greve permitida”, e que seria um crime.

A proposta da Federação, construída de acordo com números da ANP, é de manter 100% do efetivo operacional, com as trocas normais de turnos, e reduzir a produção de gás natural, óleo

bruto e derivado a 50%, além de paralisar totalmente plantas de óleo lubrificante, derivados para a petroquímica e outras atividades não essenciais segundo a lei de greve.

A FUP espancou esses argumentos mentirosos da Petrobrás, no que foi acompanhada pelo Ministério Público. Ficou da reunião o compromisso do MPT em acompanhar a greve, sobretudo para impedir atos antissindicais, como a substituição dos grevistas por equipes de contingência.

Cabe agora anotar o nome de todos os integrantes das equipes de contingência, e denunciar ao MPT, via Sindipetro/NF. O procedimento do MPT será base para um futuro processo sobre a greve dos petroleiros, de modo a impedir que os grevistas continuem a ser tratados como criminosos pela Empresa.

* Assessor jurídico do Sindipetro Caxias e da FUP – normando@nrodrigues.adv.br

Reenquadramento dos Técnicos de Manutenção da Transpetro

O Sindipetro Caxias ingressou com reclamação trabalhista para pleitear o reenquadramento dos Técnicos de Manutenção da Transpetro aprovados no

concurso público de 2008. Na ação judicial, o Sindicato é substituto processual dos trabalhadores que entregaram a documentação

comprovando que não foram enquadrados como Técnico de Manutenção Pleno no ato da admissão, conforme previsão do edital do concurso.

Curtas

Simulado de Emergência

A Defesa Civil de Duque de Caxias estará realizando no próximo dia 19 de novembro, sábado, a partir das 09 horas, um treinamento simulado de Alerta e Preparação da Comunidade para Emergências Locais, com a retirada da população de Campos Elíseos para a Escola Estadual Hélio Rangel, que servirá de abrigo, pela rota de fuga, com os recursos do Processo APELL. Serão sorteados brindes aos participantes.

Escoteiros acampam na Reserva dos Petroleiros

No dia 11 de novembro, mais de 150 escoteiros montaram suas barracas na Reserva Ambiental dos Petroleiros. Foram cinco grupamentos de escoteiros que fizeram vários exercícios de sobrevivência, na mata e na água, nas dependências da reserva. Suas barracas foram desarmadas, debaixo de chuva, no dia 15 de novembro. Todos os escoteiros gostaram da experiência e agora só

pensam no próximo encontro, para voltarem a Tinguá.

7º. Encontro dos Pesquisadores da Rebio

Nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2011, das 9h as 17h, ocorrerá em Tinguá o 7º. Encontro dos Pesquisadores da Reserva Biológica do Tinguá. O Sindipetro Caxias está patrocinando esta iniciativa que tem com objetivo conhecer para preservar a Mata Atlântica.